

**Cosmopolitano Shopping
Empreendimentos S.A.**

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações financeiras	- 3 -
Balancos patrimoniais	- 6 -
Demonstrações dos resultados	- 7 -
Demonstrações dos resultados abrangentes	- 8 -
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	- 9 -
Demonstrações dos fluxos de caixa	- 10 -
Notas explicativas às Demonstrações financeiras	- 11 -

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Operações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém transações em montantes significativos com partes relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 2 de junho de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Fernando Stolf Litwin
Contador
CRC nº 1 SP 228416/O-5



Demonstrações dos resultados abrangentes

Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	218	131
Outras contas a receber	4	474	1.312
		692	1.443
Não circulante			
Mútuo a receber	5	265.081	241.838
		265.081	241.838
Total do ativo		265.773	243.281
Passivo			
Circulante			
Impostos a recolher		130	115
Imposto de renda e contribuição social		633	546
		763	661
Patrimônio líquido			
Capital social	6	246.040	246.040
Reserva legal		1.120	-
Lucros (prejuízos) acumulados		17.850	(3.420)
		265.773	242.620
Total passivo e patrimônio líquido		265.773	243.281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos resultados abrangentes

Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A.

Demonstrações dos resultados

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida		-	1
Lucro Bruto		-	1
Vendas, gerais e administrativas	7	(4)	(43)
Outras despesas (receitas)	8	(6)	42
Receitas (despesas)		(10)	(1)
Prejuízo antes das (despesas) receitas financeiras líquidas e impostos		(10)	-
Receitas financeiras	9	30.796	32.061
Despesas financeiras	9	(1.433)	(1.499)
Resultado financeiro líquido		29.363	30.562
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		29.353	30.562
Imposto de renda e contribuição social - corrente	10.1	(6.962)	(7.250)
Impostos		(6.962)	(7.250)
Lucro líquido do exercício		22.390	23.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos resultados abrangentes

Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício		22.390	23.312
Outros resultados abrangentes		-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício		22.390	23.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2023	246.040	-	(26.732)	219.308
Lucro líquido do exercício	-	-	23.312	23.312
Saldo em 31 de dezembro de 2023	246.040	-	(3.420)	242.620
Saldo em 1º de janeiro de 2024	246.040	-	(3.420)	242.620
Lucro líquido do exercício	-	-	22.390	22.390
Constituição de Reserva legal	-	1.120	(1.120)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	246.040	1.120	17.850	265.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos fluxos de caixa

Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		29.353	30.562
Juros sobre mútuo	9	(30.796)	(32.061)
Fluxo de caixa antes de variações de ativos e passivos operacionais		(1.443)	(1.499)
Fornecedores		-	(55)
Impostos a pagar		15	(13)
Outros ativos operacionais		838	-
Variação em ativos e passivos operacionais		853	(68)
Impostos de renda e contribuição social pagos		(6.875)	(7.314)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(7.465)	(8.881)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimento de mútuo		7.552	9.001
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		7.552	9.001
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	131	11
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3	218	131
Variação do caixa e equivalentes de caixa		87	120

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

NOTA 1: OPERAÇÕES	- 12 -
NOTA 2: BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	- 12 -
NOTA 3: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	- 14 -
NOTA 4: OUTRAS CONTAS A RECEBER	- 14 -
NOTA 5: PARTES RELACIONADAS	- 14 -
NOTA 6: PATRIMÔNIO LÍQUIDO	- 15 -
NOTA 7: DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS	- 15 -
NOTA 8: OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)	- 15 -
NOTA 9: RESULTADO FINANCEIRO	- 15 -
NOTA 10: IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	- 15 -
NOTA 11: INSTRUMENTOS FINANCEIROS	- 16 -
NOTA 12: PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	- 17 -



Notas explicativas às demonstrações financeiras

NOTA 1: OPERAÇÕES

A Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A. ("Companhia") foi constituída em 26 de novembro de 2013 na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. A sede localiza-se no município de São Paulo - SP e possuía como acionistas a REC-Saphyr Ipiranga Empreendimentos S.A. ("HSI") e a CMBCI Investimentos e Participações Ltda. ("CMBCI"), que detêm, cada uma, 50% das ações representativas da Companhia.

Em agosto de 2015 a CMBCI aportou capital através de um terreno avaliado em R\$65 milhões, e a HSI aportou parte em terreno no valor de R\$42 milhões e uma Nota promissória no valor de R\$23 milhões que foir registrada como contas a receber.

Em abril de 2020, a CMBCI notificou a HSI sobre o inadimplemento da obrigação da Nota promissória, porém ambas acionistas não chegaram em um acordo. Em março de 2022, a CMBCI executou sua opção de compra, passando assim a ser acionista de 100% do capital social da Companhia.

A Companhia tem por objeto social: (i) a incorporação e a implementação do Shopping Center denominado Shopping Cosmopolitano, localizado no município de São Paulo, Estado de São Paulo ("Shopping Center"), mediante o desenvolvimento, a comercialização e a locação de unidades pertencentes ao Shopping Center.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia foi incorporada pela controladora indireta Carrefour Comércio e Indústria Ltda, juntamente com sua controladora direta a CMBCI Investimentos e Participações Ltda.

NOTA 2: BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade a suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras, e caso seja necessário, sua controladora indireta pode efetuar aportes em sua operação.

Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 02 de junho de 2025.

A moeda de apresentação das demonstrações é o Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhares mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

NOTA 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia ("Demonstrações Financeiras") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

Em conformidade com a OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as políticas estabelecidas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).



Notas explicativas às demonstrações financeiras

NOTA 2.2. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a ser registrados nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

NOTA 2.3. Métodos de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

NOTA 2.4. Normas, alterações e interpretações de normas

A Companhia avaliou uma série de alterações às CPCs emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para o período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras da controladora e do consolidado.

- Alterações à CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenant após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os covenants (incluindo a natureza dos covenants e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os covenants.

Alterações a CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Divulgações—Acordos de Financiamento de Fornecedores: As alterações acrescentam um objetivo de divulgação no CPC 03 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, o CPC 40 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo 'acordos de financiamento de fornecedores' não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores:

- Os termos e as condições dos acordos
- O valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos



Notas explicativas às demonstrações financeiras

- O valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento
- As faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores

- Informações sobre o risco de liquidez

- Adoção da IFRS 18 – Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)), transportando diversas das exigências no CPC 26 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos do CPC 26 foram movidos para o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Divulgações. O CPC, também implementou pequenas alterações no CPC 03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa e CPC 41 – Lucro por Ação. A IFRS 18 introduziu novas exigências para: (i) apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado (ii) apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras e (iii) melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

NOTA 3: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Políticas contábeis

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos de curto prazo altamente líquidos que são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(Em milhares de Reais)	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	218	131
Caixa e equivalentes de caixa	218	131

NOTA 4: OUTRAS CONTAS A RECEBER

No início de 2016, a Administração da Companhia, tomou conhecimento de uma contaminação ambiental em seu respectivo imóvel. Na ocasião, os sócios, concordaram que os custos necessários para a descontaminação e remediação ambiental seriam arcadas por todos conforme “Termo de Ajuste e Mútua Quitação” devidamente assinado.

O valor de R\$1.312, refere-se à parcela em aberto do acionista denominado Shopping Ipiranga Fundo de Investimento Imobiliário (FII), cujo desfecho quanto ao recebimento, está sendo discutido judicialmente. Em março de 2024 a Companhia recebeu o motante de R\$837. A Companhia continua discutindo os recebimentos juntos FII, subsequentemente.

NOTA 5: PARTES RELACIONADAS

Transações nos balanços patrimoniais

As transações com partes relacionadas registradas na demonstração do balanço nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

(Em milhares de Reais)	Mútuo a receber	
	Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	241.838	218.778
Recebimentos	(7.553)	(9.001)
Juros sobre mútuo (a)	30.796	32.061
Saldo final	265.081	241.838

- (a) Em abril de 2022 a Companhia celebraram contrato de mútuo com sua controladora indireta - Carrefour Comércio e Indústria Ltda. – no valor de R\$207.901 com correção monetária de 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de



Notas explicativas às demonstrações financeiras

um dia, over extra grupo ("Taxa DI"), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias uteis, calculada e divulgada pela B3 no seu informativo diário, acrescida da taxa de juros de 1,65% ao ano, a um vencimento de 721 dias, com renovação automática até sua liquidação.

NOTA 6: PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia era de R\$246.040 milhares em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

NOTA 7: DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas com vendas, gerais e administrativas são as seguintes:

<i>(Em milhares de Reais)</i>	31/12/2024	31/12/2023
Multas	(3)	(42)
Outras despesas	(1)	(1)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(4)	(43)

NOTA 8: OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

Políticas contábeis

Outras receitas (despesas) são apresentadas em linha separada da demonstração de resultados. As outras receitas (despesas) são itens que não puderam ser classificados por função em outra linha da demonstração de resultado e podem incluir itens cujo número de ocorrência seja limitado, claramente identificáveis, não usuais e que têm impacto material nos resultados da controladora e do consolidado.

<i>(Em milhares de Reais)</i>	31/12/2024	31/12/2023
Outras receitas	-	42
Outras despesas	(6)	-
Outras receitas (despesas)	(6)	42

NOTA 9: RESULTADO FINANCEIRO

<i>(Em milhares de Reais)</i>	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Juros sobre mútuo	30.796	32.061
Total das receitas financeiras	30.796	32.061
Despesas financeiras		
Impostos sobre transações financeiras	(1.433)	(1.491)
Outras despesas financeiras	-	(8)
Total das despesas financeiras	(1.433)	(1.499)
Resultado financeiro	29.363	30.562

NOTA 10: IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Políticas contábeis

A despesa de imposto de renda inclui o imposto de renda e a contribuição social corrente. Os tributos correntes são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados com uma combinação de negócios ou itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável ou perda do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O valor do imposto a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como um ativo fiscal ou um passivo fiscal na melhor estimativa do valor projetado dos impostos a pagar ou a receber e reflete as incertezas relacionadas ao seu cálculo, se houver. É mensurado com base na taxa de imposto promulgada, ou substancialmente aprovada, na data da demonstração do balanço patrimonial.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Nota 10.1. Despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício

(Em milhões de Reais)	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social corrente	(6.962)	(7.250)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(6.962)	(7.250)

Reconciliação da alíquota efetiva

A alíquota de imposto efetiva para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi de 24%.

A conciliação entre a alíquota de imposto efetiva e a alíquota nominal é demonstrada abaixo:

(Em milhões de Reais)	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	29.353	30.562
Alíquota de imposto	-34%	-34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota de imposto combinada	(9.980)	(10.391)
Diferenças permanentes:		
Ajuste adicional IRPJ 10%	24	24
Compensação prejuízo fiscal	2.987	3.110
Outros	7	7
Total	(6.962)	(7.250)
Alíquota efetiva	(24%)	(24%)

NOTA 11: INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contábeis

Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não rétem o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancela ou expira. A Companhia também desconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

O desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia não possui nenhum instrumento derivativo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

11.1 Instrumentos financeiros por categoria

As tabelas a seguir mostram em detalhes a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros, conforme previsto no CPC 46 e a respectiva mensuração:

Em 31 de dezembro 2024					
Divisão por categoria					
(Em milhões de Reais)	Valor Contábil	VJR	Custo amortizado	VJORA	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	218	-	218	-	218
Mútuo a receber	265.081	-	265.081	-	265.081
Outras contas a receber	474	-	474	-	474
Ativo	265.773	-	265.773	-	265.773

Em 31 de dezembro de 2023					
Divisão por categoria					
(Em milhões de Reais)	Valor Contábil	VJR	Custo amortizado	VJORA	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	131	-	131	-	131
Mútuo a receber	241.838	-	241.838	-	241.838
Outras contas a receber	1.312	-	1.312	-	1.312
Ativo	243.281	-	243.281	-	243.281

Os instrumentos financeiros da Companhia são mensurados e classificados através do custo amortizado.

Nota 11.2. Risco de taxa de juros

A Companhia possui ativos financeiros expostos ao risco de variação das taxas de juros. Uma análise de sensibilidade foi desenvolvida utilizando como premissa uma taxa base do CDI de 12,15% (em 31 de dezembro de 2024 era de 11,65%) na data destas demonstrações financeiras segundo o Banco Central do Brasil. A análise de sensibilidade dos ativos financeiros sujeitos à sensibilidade da taxa de juros está apresentada conforme segue.

Exclusivamente para fins de análise de sensibilidade, a Administração avalia internamente uma diminuição e um aumento da taxa de juros do CDI de 10%, 25% e 50%, respectivamente, no risco variável até a data de vencimento de tais instrumentos financeiros.

Em 31 de dezembro 2024							
(Em milhares de Reais)							
	Exposição	Baixo			Alto		
		10%	25%	50%	10%	25%	50%
Mútuo a receber	265.081	(3.221)	(8.052)	(16.104)	3.221	8.052	16.104
Exposição líquida	265.081	(3.221)	(8.052)	(16.104)	3.221	8.052	16.104

Em 31 de dezembro 2023							
(Em milhares de Reais)							
	Exposição	Baixo			Alto		
		10%	25%	50%	10%	25%	50%
Mútuo a receber	241.838	(2.817)	(7.044)	(14.087)	2.817	7.044	14.087
Exposição líquida	241.838	(2.817)	(7.044)	(14.087)	2.817	7.044	14.087

NOTA 12: PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma provisão a ser registrada ou de ativo ou passivo contingente a ser divulgado em 31 de dezembro de 2024 e 2023.